

Panorama Político

Tereza Cruvinel

■ DE BRASÍLIA



Congresso à prova

Havendo sessões da revisão constitucional esta semana, os congressistas passarão pelo teste de cortar na própria carne, expressão popularizada durante a CPI da máfia do Orçamento pelo senador Jânio Passarinho. Por sinal, ainda não cortaram nada, porque ninguém foi cassado até agora. Mas o teste virá com a votação da emenda que reduz as imunidades dos parlamentares, protegendo-os contra o alcance da Justiça, que precisa de licença do Congresso para poder processá-los. O parecer do relator Nelson Jobim é duro. Por ele, qualquer processo contra deputado ou senador pode ser automaticamente aberto pelo Supremo Tribunal Federal. Para sustá-lo, a Casa envolvida precisaria tomar a iniciativa de aprovar, por maioria absoluta, um decreto legislativo sustando o processo. Isso não aconteceria facilmente.

A alternativa mais amena é uma emenda do deputado Roberto Magalhães, pela qual a licença será concedida automaticamente por decurso de prazo, se dentro de 120 dias o Congresso não se pronunciar sobre o pedido do Supremo. Atualmente, há mais de 20 pedidos de licença engavetados na Câmara, nos quais alguns deputados são acusados dos mais diversos crimes comuns. De homocídio a estelionato. Mas como não há prazo determinado, o espírito de corpo vai protegendo uns e outros com a protelação.

Deflagrando esta semana o processo de cassação do deputado João Alves, e reduzindo as próprias imunidades, o Congresso responderia a pesquisas recentes, como a do Datafolha, que lhe atribuem um índice de credibilidade baixíssimo, e inferior ao dos outros dois Poderes, também desacreditados.